

OS DECRETOS GOVERNAMENTAIS ALAGOANOS E A REGULAMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Floriza de Abreu Feitosa
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
e-mail: floriza_abreu@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A partir do estudo da história da educação no Brasil em diferentes contextos sociais e políticos e entendendo que a construção dessa educação aconteceu de maneira diferente em cada estado brasileiro, pode-se afirmar a importância do estudo da história da educação do Estado de Alagoas, especificamente, como meio de aprofundar os estudos que apresentam como se deu a construção da educação Alagoana.

Deste modo, o texto que segue apresenta uma discussão acerca da regulamentação da Instrução Pública alagoana nas primeiras décadas da República, estando embasado nos decretos governamentais da época e em autores como Azevedo (2001), Costa (2011), Ramos (1935) e Verçosa (1997), que se preocuparam em estudar essa instrução. Tendo como objetivo analisar como se deu a construção da Instrução Pública de Alagoas nesse contexto e suas contribuições para pensarmos a educação no Estado de Alagoas atualmente, consideramos a pesquisa de fundamental importância para refletirmos sobre os processos educativos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com base em revisões bibliográficas de livros de autores como Azevedo (2001), Costa (2011), Ramos (1935) e Verçosa (1997); além da análise dos Decretos governamentais de Alagoas (de 1925, 1932 e 1933). Diante do estudo dessas referências foram feitas análises comparativas entre o discurso presente nos Decretos, e aquilo que escreveram os autores sobre o período em estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A mudança no regime político exigiu de todos os estados brasileiros mudanças também no que se refere a forma de trabalho e ao modo de vida. O país que estava acostumado com a Monarquia vinda de Portugal, agora precisava acostumar-se com um modo de vida mais “democrático”, com o voto e com um mercado de trabalho que passou a exigir, com o tempo, mais preparo. Diante de tal situação, a educação passa a ser vista como um dos meios de colaborar com a preparação da sociedade para a República, já que daquele momento em diante, seria preciso instruir a população para o novo regime político.

Em Alagoas, nos primeiros anos da República, a educação apresenta um grande atraso, tanto no que se refere à alfabetização, como também a instrução para o mercado de trabalho. Como afirma Costa (2011, p. 46),

O novo regime político seguiu, em matéria de instrução pública, a tradição do regime antigo. Administrações curtas, mesmo efêmeras, até 1896, sem continuidade de orientação, meramente burocráticas.

Ainda, segundo o mesmo autor, em Alagoas no ano de 1896, no que se refere à instrução primária, existiam 236 cadeiras, frequentadas por 9.075 alunos, sendo 4.784 do sexo feminino. Já em 1899, o ensino primário contava com 251 escolas, possuindo 9.872 alunos matriculados, com a frequência de 8.694 alunos. Essa situação da instrução primária continuou no Estado por muito tempo, sendo presente não só no ensino primário, mas em todo o ensino público alagoano, estando, *no décimo sexto ano do regime republicano decaído, ou melhor:*

[...] se avultava na despesa estadual, não se recomendava pela sua eficiência. Porque aumentar o número de escolas sem prover a casa escolar de material pedagógico e mobiliário indispensáveis ao fim educacional e sem entregá-la a mestre que alie a competência à dedicação, não é precisamente concorrer para a verdadeira utilidade do ensino e da educação pública (COSTA, 2011, p. 48).

Nota-se, pois, o descaso com que a instrução pública era realizada em Alagoas. A preocupação com que Costa (2011) fala da educação do período, demonstrando que o ensino público não era tratado com seriedade, faltando o essencial (mobília, materiais pedagógicos, mestres preparados...), acaba por confirmar que Alagoas inicia o regime Republicano muito mal em matéria de educação.

A Instrução Pública no Estado passou por inúmeras reformas. Segundo Costa (2011), a partir de 1890 até 1925 foram feitas 16 reformas. Além do mais, analisando o quadro apresentado por Costa (2011, p.193-195), onde o mesmo expõe o “índice ementário da legislação estadual sobre o ensino público”, entre 1890 a 1930, percebemos que foi feito um conjunto de não menos que 74 atos, com leis e decretos.

O Decreto de n.1.623 de 10 de Março de 1932, dando novo regulamento a Instrução Pública, garante no seu primeiro capítulo (o qual trata das escolas em geral, sua criação e classificação), no art.36, que “serão creadas¹ escolas publicas primarias nas localidades onde elas se fizerem necessarias, preenchidas as condições deste Regulamento (p.222)”; e continua em seu art.37 (p.222) afirmando que “as escolas publicas primarias em geral classificam-se em”: Escolas Isoladas, contendo urbanas e rurais (1º Categoria e 2º Categoria); Grupos Escolares, contendo classes pré-primarias, classes elementares e classes complementares. Sobre essas escolas, escreveu Ramos (1935, p.61), quando o mesmo estava à frente da Direção da Instrução Pública de Alagoas:

De 17 grupos escolares que possuíamos 8 estavam em casas arranjadas à pressa, sem nenhuma aparência de escolas. Depois da revolução adotaram o sistema de criar grupos escolares que, para bem dizer, só existiam nos decretos. Armava-se um grupo no papel, nomeava-se o corpo docente e depois se procurava uma casa.

Fica claro, pois, que assim como no Decreto de 1925, o regulamento de 1932 ainda permanecia alheio à realidade que as escolas e o ensino encontravam-se, e que, mesmo sete anos depois, o Governo ainda não garantia, de fato, fiscalização, nem condições de trabalho para os/as professores/as, continuando a cargo destes/as toda a responsabilidade pelo ensino.

Outro fato percebido nos Decretos refere-se ao movimento que repercutiu em todo o Brasil: o movimento da Escola Nova. Apesar de sua pouca influência no ensino alagoano, os ideais escolanovistas estavam presentes nas metodologias propostas pelo Governo. Como, por exemplo, no Decreto de 1932 (n.1.623, p. 226, grifo nosso), quando o mesmo, no capítulo referente aos programas e lições, afirma no art. 61º:

¹ Optamos por manter a grafia do período.

Uma vez que a escola não tem em vista apenas a imposição de noções, mas a sua exposição em gráo de serem suportavelmente apreendidas e assimiladas, e se destina, **sobretudo, a socializar economicamente a criança,** torna-se-á indispensável transformá-la de classe passiva, nos moldes da tradicional concepção disciplinar, **em oficina de trabalho metódico ou escola cooperativa, em que os alunos experimentem com alegria o exito da sua colaboração no desenvolvimento das lições.**

Entretanto, esses ideais ficavam apenas nos Decretos. A realidade da educação em Alagoas, afirma Costa (2011, p. 55), com um século de difusão do ensino primário ainda não conseguiu “fazer do nosso camponês um verdadeiro elemento de utilidade social, integrado na finalidade do seu destino, como força geradora de progresso”.

CONCLUSÃO

A partir da análise de Decretos governamentais do Estado de Alagoas, bem como da regulamentação da Instrução Pública do Estado nas primeiras décadas da República, e em comparação com o contexto social e econômico da época, analisado com o estudo dos autores mencionados, concluímos que tais decretos e regulamentos referentes a Instrução Pública voltavam-se para a tentativa de oferecer para a população uma instrução que atendesse as demandas econômicas que o Estado passou a exigir com a República, com ideais escolanovistas que, como vimos, não se efetuaram na prática. Desta forma, a Instrução Pública em Alagoas entrou na República arcaica, conseguiu algumas poucas mudanças, e continuou em constante processo de construção.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Decreto n°.1.140, de setembro de 1925. **Colleção de Leis e Decretos do estado de Alagoas, promulgados em 1925.** Volume II, Off. Grapf. Da Casa Ramalho, Maceió, 1925.

ALAGOAS. Decreto n°.1.623, de 10 de março de 1932. **Decretos do Governo Provisório(1°. Semestre de 1932),** Imprensa Oficial, Maceió, 1932.

ALAGOAS. Decreto n°.1.800, de 6 de julho de 1933. **Decretos do Governo Provisório 1933.** Imprensa Oficial, Maceió, 1933.

AZEVEDO, João. Duas décadas de educação. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). **Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos tempos atuais.** Maceió: Edições Catavento, 2001.

COSTA, João Craveiro. **Instrução Pública e instituições culturais de Alagoas e outros ensaios.** Maceió: EDUFAL, 2001.

RAMOS, Graciliano. Alguns números relativos à instrução primária em Alagoas. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). **Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos tempos atuais.** Maceió: Edições Catavento, 2001.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: história, histórias.** 2 ed. Maceió: EDUFAL, 1997.